

O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso

The course of the Portuguese Federalist Movement – Progress Party

Le chemin du mouvement fédéraliste portugais – Parti du Progrès

El camino del movimiento federalista portugués – Partido del Progreso

Rafael Dias
Faculdade de Letras, U. Coimbra
rdias_98@hotmail.com

Resumo: Este artigo pretende explicar o percurso de um ator relevante da direita política no contexto pós-revolucionário de 1974: o Movimento Federalista Português-Partido do Progresso. Para tal desiderato, toma-se como referência o semanário oficial do partido, *Tribuna Popular*, bem como testemunhos de ex-dirigentes e fundadores, tendo como contraparte outras fontes periódicas da época e variadas fontes impressas. O MFP-PP é analisado relacionando conjuntamente a época histórico-política com as vicissitudes do movimento, com enfoque particular na sua relação com as instituições do poder revolucionário, no seu relacionamento com outros partidos políticos, bem como na estruturação do MFP-PP. Deste modo, o artigo baliza-se entre os momentos subsequentes ao golpe de estado de 25 de abril de 1974 e as movimentações político-militares de 28 de setembro de 1974 adstritas à intenção da “maioria silenciosa”, às quais se presta uma análise detalhada, relativamente ao envolvimento do MFP-PP, pela sua ligação inextricável com o desmantelamento do partido.

Palavras-chave: MFP-PP; Spínolismo; Nacionalismo; Federalismo.

Abstract: This article aims to explain the journey of a relevant actor on the political right in the post-revolutionary context of 1974: the Portuguese Federalist Movement-Party of Progress. For this purpose, the party's official weekly newspaper, *Tribuna Popular*, is taken as a reference, as well as testimonies from former leaders and founders, with other periodical sources of the time and various printed sources as counterparts. The MFP-PP is analyzed by jointly relating the historical-political era with the vicissitudes of the movement, with a particular focus on its relationship with the institutions of revolutionary power, its relationship with other political parties, as well as the structuring of the MFP-PP. In this way, the article is based between the moments following the coup d'état of April 25, 1974 and the political-military movements of September 28, 1974 linked to the intention of the “silent majority”, to which a detailed analysis is provided, regarding the involvement of the MFP-PP, due to its inextricable connection with the dismantling of the party.

Keywords: MFP-PP; Spínolism, Nationalism, Federalism.

Resumé: Cet article vise à expliquer le parcours d'un acteur important de la droite politique dans le contexte post-révolutionnaire de 1974: le Mouvement fédéraliste-Parti du progrès portugais. A cet effet, l'hebdomadaire officiel du parti, *Tribuna Popular*, est pris comme référence, ainsi que les témoignages d'anciens dirigeants et fondateurs, ayant pour contrepartie d'autres sources périodiques de l'époque et diverses sources imprimées. Le MFP-PP est analysé en reliant conjointement l'ère historico-politique aux vicissitudes du mouvement, avec un accent particulier sur ses relations avec les institutions du pouvoir révolutionnaire, ses relations avec d'autres partis politiques, ainsi que les structuration du MFP-PP. De cette manière, l'article se situe entre les instants qui ont suivi le coup d'État du 25 avril 1974 et les mouvements politico-militaires du 28 septembre 1974 liés à l'intention de la « majorité silencieuse », dont une analyse détaillée est fourni, concernant l'implication du MFP-PP, en raison de son lien inextricable avec le démantèlement du parti.

Mots-clés: MFP-PP; Spínolisme; Nationalisme; Fédéralisme.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

Resumen: Este artículo tiene como objetivo explicar el recorrido de un actor relevante de la derecha política en el contexto posrevolucionario de 1974: el Movimiento Federalista Portugués-Partido del Progreso. Para ello, se toma como referencia el semanario oficial del partido, *Tribuna Popular*, así como testimonios de ex dirigentes y fundadores, teniendo como contrapartida otras fuentes periódicas de la época y diversas fuentes impresas. El MFP-PP se analiza relacionando conjuntamente la época histórico-política con los avatares del movimiento, con especial atención a su relación con las instituciones del poder revolucionario, su relación con otros partidos políticos, así como la estructuración del MFP-PP. De esta manera, el artículo se sitúa entre los momentos posteriores al golpe de Estado del 25 de abril de 1974 y los movimientos político-militares del 28 de septiembre de 1974 vinculados a la intención de la “mayoría silenciosa”, a los que se hace un análisis detallado. previsto, sobre la implicación del MFP-PP, por su inextricable vinculación con el desmantelamiento del partido.

Palabras-clave: MFP-PP; Spinolismo; Nacionalismo; Federalismo.

Introdução

O trabalho académico aqui vertido tem como objetivo principal erigir uma base de conhecimento acerca de um ator eminente da direita política no contexto pós-revolucionário português, o Movimento Federalista Português - Partido do Progresso. Para a consecução desse desiderato dissecam-se todas as movimentações políticas em torno do MFP-PP, mormente a sua estruturação organizacional enquanto movimento, procurando clarificar o novelo de relações políticas e partidárias desenvolvido pelo MFP-PP, sejam elas respeitantes à esfera institucional do poder político-militar emanado do 25 de abril de 1974 ou ainda à cooperação com outras entidades político-partidárias, bem como às rivalidades decorrentes do xadrez político. Assim, no respeitante ao friso cronológico abarcado neste artigo, este baliza-se entre o 25 de abril de 1974 e o 28 de setembro de 1974, cujos acontecimentos correspondem ao desmantelamento do partido.

Na metodologia da investigação foram primeiramente consideradas as fontes periódicas - mormente o jornal oficial do MFP-PP, *Tribuna Popular*, contrabalançando a comunicação partidária com o *Expresso*, bem como com o *Diário de Lisboa* -, procurando uma complementaridade com as fontes impressas existentes, sobretudo de teor memorial (Amaral, 1995; Amorim, 1975; Amorim, 1976; Osório, 1975; Pereira, 1976). Não obstante, dada a escassez de fontes primárias - grande parte delas destruídas com o devir revolucionário e o desmantelamento do partido -, são de renovada importância para este estudo as fontes orais, consubstanciadas em entrevistas presenciais com alguns dos ex-dirigentes e fundadores do MFP-PP (D. Pacheco de Amorim, comunicação pessoal, maio de 2022; J. Andrade, comunicação pessoal, maio de 2022; J. Júdice, comunicação pessoal, dezembro de 2019; J. Júdice, comunicação pessoal, outubro de 2021; J. Valle de

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

Figueiredo, comunicação pessoal, maio de 2022; M. Rebanda, comunicação pessoal, abril de 2022).

A escolha de um ator político tão exíguo temporalmente e heteróclito na sua conjuntura espaço-política como objeto de estudo poderia indiciar a sua irrelevância histórica, tendo ainda em conta a dinâmica grupuscular da época que originou a miríade de movimentos políticos da esquerda à direita que chegou a um total de cerca de 50 novos partidos só entre abril e novembro de 1974 (Sousa, 1983). Todavia, o MFP-PP pela sua lógica de ação agregadora e pelo seu pragmatismo atuante na execução de alianças táticas concernentes às suas prioridades políticas, granjeia um protagonismo distinto, patenteado na proximidade ao general António de Spínola, e proeminente na sua área política. Ganhou força e influência, sobretudo, no centro e norte do país, além disso, a presença internacional do MFP-PP ampliou ainda mais o seu alcance, estendendo a sua influência para lá das fronteiras metropolitanas, através de várias personalidades e movimentos autóctones, sobretudo da Guiné, Angola e Moçambique.

A estruturação do MFP-PP e as suas relações político-partidárias

É imediatamente no dia de 25 de abril de 1974, no decorrer das movimentações militares, que se dá o primeiro passo para o surgimento do Movimento Federalista Português. Já com a certeza da queda do regime marcelista, as personalidades agregadas em volta da cooperativa livreira Cidadela, enquanto plataforma académica das direitas ultramarinistas¹, participando também alguns elementos de Lisboa, reúnem na sede conimbricense da cooperativa para definir um curso de ação a seguir perante a nova realidade política (Marchi, 2016: 266).

Nesta reunião fica traçado o surgimento do MFP: seja pela adesão política dada e proximidade ideológica para com o projeto federalista de Spínola, como é o caso de José Miguel Júdice² ou Miguel Seabra³, pela adesão pragmática do cenário de salvação do

¹ A cooperativa livreira Cidadela desempenha um papel fundamental para o surgimento do MFP-PP no pós-25 de Abril, tendo sido responsável por um ativismo político liderante nos sectores nacionalistas da comunidade académica conimbricense, mas também lisboeta e portuense desde 1970, imprimindo um dinamismo frentista com outros grupos e associações do país em prol da causa ultramarinista (Dias, 2022).

² Líder do grupo nacionalista-revolucionário conimbricense que gravitava em torno da Cidadela (Dias, 2022).

³ Membro destacado do grupo da Cidadela, desempenha a função de diretor do órgão de comunicação do MFP-PP, *Tribuna Popular* (Dias, 2022).

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

possível, como são os casos de Fernando Pacheco de Amorim⁴ e Luís de Oliveira Dias⁵, ou mesmo pela camaradagem granjeada no serviço militar na Guiné ao lado do general, de que são exemplos Valle de Figueiredo e Luís Sá Cunha⁶. De resto, a designação federalista deste movimento político surge numa das reuniões embrionárias, já em casa de José Valle de Figueiredo, enquanto vitória estratégica da geração nacionalista-revolucionária mais nova que se reunia em volta da Cidadela. Isto é, a lógica do frentismo ultramarino, sempre o grande móbil na militância envolta no MFP e já antes na Cidadela, baseava-se no pragmatismo político e na busca por um denominador comum, o que leva ao alinhamento racional com o bloco político-militar spinolista⁷.

No seguimento da decisão de se constituir o Movimento Federalista Português, uma delegação do partido, composta por Fernando Pacheco de Amorim, José Valle de Figueiredo e Luís Sá Cunha, é recebida na Cova da Moura, onde a junta de salvação nacional se instala primeiramente, no dia 27 de abril, pelo recém-empossado presidente da república, António de Spínola (Prata, Ferreira & Lopes, 1974). De acordo com Pacheco de Amorim, Spínola confessa não ter poder efetivo, mas que iria tentar hierarquizar o caos em que o país estava mergulhado (Amorim, 1975). Algo que, até certa extensão, chega a ocorrer, com a nomeação de pessoal político e militar da sua confiança para cargos de chefia, conquanto nunca tenha granjeado o poder *de facto* da situação político-militar dada a subversão hierárquica de tipo revolucionário administrada pela comissão coordenadora. Há, portanto, um esvaziamento de autoridade em grande parte das situações das chefias políticas- dada a subalternidade civil e a proeminência do PCP- e, principalmente, militares- dado o controlo generalizado dos quartéis pelos líderes operacionais desta comissão (Rezola, 2007: 69). Não obstante, o MFP beneficiaria destas nomeações spinolistas, representando estas a sua ligação às instituições de poder revolucionário e, mais importante, os canais de comunicação com a presidência da república e junta de salvação nacional, órgãos com os quais havia maior proximidade

⁴ Secretário-Geral do MFP-PP, consensual pelo seu percurso político, de oposição ao Estado Novo, e académico, de grande propulsão ultramarinista (Dias, 2022).

⁵ Dirigente do Banco Português do Atlântico e do Banco Nacional Ultramarino, é um dos principais responsáveis pelo financiamento do partido (Dias, 2022).

⁶ Tributários de uma geração nacionalista-revolucionária anterior à Cidadela, Valle de Figueiredo e Sá Cunha cumprem serviço militar na Guiné-Bissau, estabelecendo laços de confiança com o general Spínola, liderando, consecutivamente entre os dois, o gabinete de ação psicológica do então governador militar da Guiné-Bissau (Marchi, 2020: 31).

⁷ J. Valle de Figueiredo, comunicação pessoal, maio de 2022.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

política⁸- os seus principais contactos desenvolvem-se nas pessoas do embaixador Nunes Barata, assessor diplomático do presidente da república, e do capitão Armando Ramos, ajudante-de-campo do general António de Spínola⁹.

Já a 3 de maio nova delegação do movimento, composta por Fernando Pacheco de Amorim, Francisco Caldeira Cabral e Nuno Cardoso da Silva reúne com a junta de salvação nacional, nesta ocasião Galvão de Melo apoia a oficialização do MFP, cuja oficialização pública é agendada para a primeira semana de junho, sendo que o MFP vem inclusive a ter existência legal, pese embora a lei dos partidos surja já após a sua ilegalização (Sousa,1983), registando-se como associação política. Não obstante o seu beneplácito, não foram Spínola ou Galvão de Melo que procuraram estes quadros militantes da direita, antes aproveitaram a sua disponibilidade para reequilibrar a balança política, deveras pendida para a esquerda (Marchi, 2020: 30). A preferência spinolista foi- desde as movimentações prévias à queda do regime cessante- pelo campo político representado pela ala liberal que viria a consubstanciar-se no período revolucionário, maioritariamente, no PPD, e, ainda que em menor extensão, pelo CDS, com assinalável contributo de personalidades spinolistas na formação de ambos os partidos (Rodrigues, 2010). Todavia, assinala-se um alegado convite a Fernando Pacheco de Amorim para ministro da Coordenação Interterritorial, no I Governo Provisório chefiado por Adelino da Palma Carlos, que acaba por não ter a devida anuência da comissão coordenadora (Pereira, 1976)¹⁰.

Jaime Nogueira Pinto aponta a razão do falhanço a esta direita nacionalista do pós-25 de abril por ser “um movimento de ideias sem base de interesses” (Marchi, 2014). O Partido do Progresso, contudo, parece ter-se apercebido dessa problemática, pelo que é possível observar a tentativa por parte do MFP-PP em criar uma base eleitoral. Numa peça intitulada “*Xadrez Político*” o órgão de comunicação do partido procede a uma análise do espectro político português, posicionando as forças partidárias mais relevantes ao longo deste “xadrez”, colocando como questão de maior a capacidade dos partidos de direita se organizarem como partidos de massas, falando da “desvantagem de não estarem

⁸ É na junta de salvação nacional que se concentra a representatividade da direita política nos órgãos político-revolucionários, através do brigadeiro Jaime Silvério Marques, coronel Galvão de Melo e do general Manuel Diogo Neto (Rodrigues, 2010).

⁹ J. Valle de Figueiredo, comunicação pessoal, maio de 2022; J. Miguel Júdice, comunicação pessoal, dezembro de 2019.

¹⁰ D. Pacheco de Amorim, comunicação pessoal, maio de 2022.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

comprometidos com o regime desposto, tendo uma dificuldade maior na criação de estruturas regionais amplas”¹¹. Esta força política dever-se-ia robustecer através de um eleitorado que identifica como moderado, mas com opções políticas tangíveis, em nada beneficiado com o regime desposto, como seria o caso dos pequenos proprietários rurais e urbanos, pequenos comerciantes, operários semiespecializados e funcionalismo público inferior, todos eles anticomunistas por natureza idiossincrática, teriam estes uma noção pura e viva do catolicismo embora pouco dinâmica¹².

Este é um diagnóstico incisivo que se consubstancia no próprio conteúdo jornalístico desenvolvido através de uma reportagem constante do caos económico, da anarquia social que se fazia sentir e do estado de sítio da agricultura, “sector fundamental da economia nacional”- sucessivamente abandonado, denunciando-se a sangria advinda do êxodo rural, falando na necessidade de libertação dos pequenos agricultores, sob asfixia das “longínquas decisões de Lisboa”¹³. Destacam-se, também, a realização de entrevistas com pequenos comerciantes- acompanhadas de interessantes dados estatísticos quanto ao número de supermercados abertos comparativamente ao fecho de portas de pequenas mercearias ou referentes ao crédito ao consumidor por parte de retalhistas¹⁴. Além do caótico fator económico, o Partido do Progresso brande a ameaça coletivista, aludindo à coletivização dos meios de produção e à aniquilação da propriedade privada ou ao estado-patrão de uma classe de burocratas cujas maiores vítimas seriam os pequenos comerciantes e os pequenos proprietários rurais, exemplo de negação da luta viva entre o capital e o trabalho¹⁵.

Fá-lo através de artigos na *Tribuna Popular* ou dos seus comícios tipicamente a norte e centro do país- cujas assistências, confiando na informação prestada pelo jornal, teriam sempre entre 500 e 1000 pessoas- região pródiga no tipo de eleitorado que o MFP-PP identifica como seu potencial grupo social de apoio, e que, de resto, também a imprensa e o próprio líder do CDS, Freitas do Amaral, indicam como zonas de maior implementação do partido¹⁶. De facto, o MFP-PP dá enfoque através da *Tribuna Popular*

¹¹ *Tribuna Popular*, nº0, 24 de julho de 1974, 1; *Tribuna Popular*, nº2, 14 de agosto de 1974, 6.

¹² *Tribuna Popular*, nº2, 14 de agosto de 1974, 6.

¹³ *Tribuna Popular*, nº8, 26 de setembro de 1974, 3.

¹⁴ *Tribuna Popular*, nº4, 28 de agosto de 1974, 2.

¹⁵ *Tribuna Popular*, nº4, 28 de agosto de 1974, 2.

¹⁶ “3 meses depois a estratégia política da direita” *Expresso*, 7 de setembro de 1974, 2; o artigo noticioso refere, para além da capital Lisboa, as cidades de Porto e Braga como os grandes centros nevrálgicos do

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

a comícios e sessões de esclarecimento realizadas na sua quase totalidade no centro e norte do país, demonstrativas da sua penetração nestes locais. Na cidade do Porto realiza o primeiro a 24 de julho, que terá contado com cerca de 800 pessoas, preenchendo a lotação do cinema Nun'Álvares, sendo protagonista o dirigente Luís de Oliveira Dias¹⁷. Ainda no distrito portuense, o partido demonstra uma implantação substancial com a realização de uma sessão de esclarecimento presidida por Alexandre Negrão, membro do secretariado regional do Norte, no concelho de Paredes, na freguesia de Recarei, com a presença de 500 pessoas¹⁸. Na cidade de Braga, a 26 de julho, perante 200 pessoas, o secretário-geral Pacheco de Amorim apresenta a síntese programática do MFP-PP numa sessão de esclarecimento, sendo este o distrito em que maior número de eventos públicos o MFP-PP viria a realizar¹⁹. É disso ilustrativo o comício realizado na sede concelhia do partido em Amares, localizada no Largo da Feira Nova, num edifício capaz de receber as cerca de 500 pessoas que assistiram aos discursos, tendo estes sido transmitidos para o exterior através de uma instalação sonora, dado o ajuntamento de pessoas que não couberam no edifício²⁰. Ainda no mesmo concelho, realiza-se também uma sessão de esclarecimento na freguesia de Goães²¹.

Já no centro do país, o partido destaca um comício realizado em São Martinho do Porto, concelho de Caldas da Rainha, fazendo-se representar pelos dirigentes Miguel Seabra e Diogo Miranda Barbosa, com a sala de espectáculos local lotada, seguindo alguns dos presentes o comício através de uma instalação sonora no átrio do edifício. Os discursos proferidos ao longo dos comícios entroncam em dois eixos estratégicos: a

partido. Em Amaral (1995: 244) Freitas do Amaral reconhece uma “significativa implantação no norte e centro do país” do Partido do Progresso à data da sua ilegalização. (*Tribuna Popular*, nº0, 24 de julho de 1974, 1)

¹⁷ “Comício do Movimento Federalista Português-Partido do Progresso no Porto”, *Tribuna Popular*, nº1, 7 de agosto de 1974, 2; no comício foram oradores: Alexandre Negrão, Miguel Seabra, Luís Miranda Pereira, José Guilherme Rodrigues, Pedro Cunha e Joaquim Nunes enquanto militantes do MFP-PP, destacando-se também a presença de um representante nortenho do Partido Liberal, José Cabral, para além de Rui Moreira e do capitão Oliveira Soares, sem militância assumida.

¹⁸ *Tribuna Popular*, nº8, 26 de setembro de 1974, 12.

¹⁹ *Tribuna Popular*, nº1, 7 de agosto de 1974, 2.

²⁰ Destacam-se como oradores, Miguel Seabra, diretor da *Tribuna Popular*, Alexandre Negrão, João Alpendorada e Rui Santos, do secretariado regional do norte do MFP-PP, bem como Manuel de Oliveira, presidente concelhio do partido. É importante referir, também, a presença do pároco local no evento e a caracterização que o artigo noticioso faz dos presentes, caracterizando-os como trabalhadores rurais, pequenos proprietários e comerciantes- justamente a base sociológica que o partido define como alvo. *Tribuna Popular*, nº7, 17 de setembro de 1974, 4.

²¹ *Tribuna Popular*, nº7, 17 de setembro de 1974, 4.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

solução federalista para o ultramar, principal móbil do MFP-PP, e integração socioeconómica do colectivo nacional pela valorização do trabalho e da propriedade privada, indo ao encontro do referido eleitor-tipo definido pelo partido²².

Para além dos referidos comícios que o órgão do partido trata detalhadamente no último número da *Tribuna Popular*, destaca-se a realização de outras 10 sessões de esclarecimento e um comício entre os dias 11 e 22 de setembro, todos, também, na zona centro e norte do país. Dois no distrito do Porto- na freguesia de Rio Mau, concelho de Penafiel, na freguesia de Rates, concelho da Póvoa de Varzim-, três no distrito de Braga- no concelho de Guimarães, e nas freguesias de Chorente e São Veríssimo, ambas no concelho de Barcelos-, dois no distrito de Viseu- no concelho de Lamego e na freguesia de Macieira, concelho de Sernancelhe-, um no distrito de Coimbra- no concelho da Lousã, um comício no concelho de Moncorvo e uma sessão de esclarecimento na cidade de Bragança, e, por último, uma sessão de esclarecimento na cidade de Vila Real²³.

Para esta implementação foram determinantes duas redes de contactos transitórias do regime estado-novista: a mais importante, correspondente aos organismos corporativos, mormente das casas do povo, era protagonizada por Joaquim Guilherme Ramos e João Cabral²⁴, outra seria a base de dados e respetivo aparelho da Acção Nacional Popular, oferecida ao secretário-geral do MFP-PP, Fernando Pacheco de Amorim, por um elemento da última comissão central da ANP, levando o MFP-PP a atingir os cerca de 38.000 filiados à data da sua ilegalização²⁵. Estes números permitem inferir que para além de uma forte predominância da implantação do partido no centro e norte do país, há uma capacidade de penetração digna de registo no interior do país. Por outro lado, era igualmente importante a dimensão do partido na capital do país, Lisboa,

²² Estiveram também em representação do partido, Joaquim Guilherme Ramos, Manuel Portela e Maria João Torres Pereira. *Tribuna Popular*, n.º5, 3 de setembro de 1974, 3.

²³ *Tribuna Popular*, n.º8, 26 de setembro de 1974, 12.

²⁴ Esta rede de contactos advém de outro grupo tributário ao nível militante e político do MFP-PP, a PROGRAMA- Associação de Estudos para o Progresso Nacional-, fundada no final de 1972, a associação desenvolve até à queda do regime uma interessante implementação territorial, com núcleos, para além da sede na capital do país, em Braga, Porto, Viseu, Caldas da Rainha, Leiria e Portalegre. É através da sua base, bem como dos seus elementos, como João Cabral e Joaquim Guilherme Ramos, que se parte para a estruturação do partido, sendo a sede partidária portuense um bom exemplo, na medida em que transita diretamente para o MFP-PP.

²⁵ José Luís Andrade confirma os contactos para a utilização da base de dados da ANP através de Joaquim Guilherme Ramos, conquanto alegue que estes nunca chegaram a ser utilizados, confirmando, ainda assim, a dimensão militante do partido. (J. Valle de Figueiredo, comunicação pessoal, maio de 2022; D. Pacheco de Amorim, comunicação pessoal, maio de 2022; J. Luís Andrade, comunicação pessoal, maio de 2022)

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

sendo disso exemplo o comício preconizado pelo secretário-geral, Fernando Pacheco de Amorim, com a participação de representantes do Partido Liberal (PL), Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP) e Movimento Popular Português (MPP), com uma assistência de 1300 pessoas no Teatro Monumental (Marchi, 2020: 39). No sul do país, a *Tribuna Popular* dá destaque a um comício levado em Ponte de Sor, distrito de Portalegre, a 7 de setembro, em que atraiu cerca de 500 pessoas na casa do povo local²⁶. É, de facto, no distrito de Portalegre, que o partido parece ter tido maior implantação no sul do país. Para além do comício noticiado em Ponte de Sor, Júdice (comunicação pessoal, dezembro de 2019) refere a significância do núcleo do concelho de Elvas, onde se realiza também um comício do MFP no teatro local, sendo que José Luís Andrade (comunicação pessoal, maio de 2022) menciona também uma intensa atividade propagandística por parte dos jovens do MFP-PP pelo Alentejo, destacando maioritariamente concelhos do distrito, como Alter do Chão, Arraiolos, Crato, e os já mencionados, Elvas e Ponte de Sor. O responsável pela juventude do partido refere também os municípios de Montemor-o-Novo e Vendas Novas, do distrito de Évora, levando mesmo a confrontos com o PCP, que serão abordados mais à frente. As ações consistiam na colagem de cartazes anticomunistas e à distribuição da *Tribuna Popular* pela população²⁷. Nas ilhas é apenas anunciado pelo MFP-PP um grupo instalador do Partido do Progresso nos Açores²⁸.

Outro dado ilustrativo da implementação do partido, era o da utilização simultânea de três espaços, um antigo andar da Ação Nacional Popular, no Arco do Cego, ocupado por jovens nacionalistas liderados por Miguel Seabra que, apesar de servir inicialmente como sede do partido, se converte nas instalações da *Tribuna Popular*, transitando a sede do partido depois de maio de 1974 para a Rua Rosa Araújo, n°32-3°, alugando na mesma altura um terceiro piso na Avenida Infante Santo, n°68 com renda de 10000 escudos²⁹. É a estruturação do MFP-PP e a dinâmica sociopolítica que conseguiu imprimir que lhe granjeia o estatuto conferido pelo *Expresso* enquanto “fulcro da organização da direita unida”, capaz de gerar uma dinâmica centrípeta em detrimento de outros movimentos

²⁶ “Comício em Ponte de Sor”, *Tribuna Popular*, n°7, 17 de setembro de 1974, 4.

²⁷ J. Luís Andrade, comunicação pessoal, maio de 2022.

²⁸ *Tribuna Popular*, n°6, 11 de setembro de 1974, 6.

²⁹ *Expresso*, 5 de outubro de 1974, 16.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

menores³⁰. A notável capacidade de organização e ação é também assinalada por Cesário Borga, Mário Cardoso e Avelino Rodrigues (1976), mencionando, no seu opúsculo de índole político-jornalística, um “bom naipe de quadros e ativistas” e a sua penetração na imprensa regional, assinalando o “contacto com 25 jornais de província”, algo que o *Expresso* de alguma forma confirma, detalhando os nomes de vários semanários regionais por todo o país entendidos pela direção do partido como contactáveis para publicações³¹. É também sintomático da importância que o MFP-PP principiava a granjear na situação política nacional, o facto de Freitas do Amaral, antes da fundação do CDS, ser diretamente inquirido na sua primeira entrevista à emissora nacional acerca de uma eventual militância no Movimento Federalista Português (Amaral, 1995: 171).

Além da identificação clara de um grupo social de apoio, o Movimento Federalista Português tem uma particularidade face às demais forças políticas em formação. O MFP, constituído com o objetivo de criar uma força política agregadora de movimentos autóctones de todo o espaço lusófono, era o único com representatividade extra-metropolitana, assumindo-se o movimento como plataforma organizadora de grande parte do espaço político-partidário defensor da manutenção de vínculos políticos entre aqueles territórios africanos, bem como Timor³². Na Guiné é disso exemplo a Liga Popular dos Guinéus (LPG), liderada por Nicolau Martins Nunes, que reúne em Lisboa com o general Spínola, recebendo o seu apoio para se estabelecer como alternativa ao PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), estabelecendo laços políticos com o MFP-PP (Rodrigues, 2010: 364). De resto, Nicolau Martins Nunes chega a conceder uma entrevista ao *Tribuna Popular* abordando a fundação da LPG, datada em 1961, e as suas posições federalistas quanto à questão da autodeterminação guineense e de oposição quanto ao projeto de poder do PAIGC³³.

³⁰ *Expresso* 6 de julho de 1974.

³¹ São indiciadas publicações periódicas alegadamente contactáveis pelo MFP-PP em: Chaves, Sesimbra, Águeda, Cabeceiras de Basto, Montemor-o-Novo, Portalegre, Porto, Évora, Torres Vedras, Cartaxo, Sabugal, Benavente, Leiria, Lamego, Funchal, Covilhã, Guarda, Fafe, Guimarães, Braga, Bragança, Monção. De facto, Miguel Seabra, numa intervenção no comício de São Martinho do Porto destaca a liberdade de imprensa, denunciando a censura imposta por algumas comissões de redação, enfatizando a importância da imprensa regional; “As Linhas Claras da Imprensa Regional”, *Tribuna Popular*, nº3, 21 de agosto de 1974, 3. Rodrigues, Borga & Cardoso, 1976: 74; *Expresso*, 5 de outubro de 1974, 16.

³² J. Luís Andrade, comunicação pessoal, maio de 2022.

³³ *Tribuna Popular*, nº2, 14 de agosto de 1974, 4.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

Foram também mantidos contactos com dissidentes do PAIGC, casos de António Baticã Ferreira e Rafael Barbosa, que José Valle de Figueiredo identifica como principal contacto do MFP-PP no território³⁴. Derivado da experiência militar de alguns dirigentes do MFP-PP na Guiné sobre o comando do general Spínola, a Guiné acaba por se revelar a província ultramarina na qual o MFP estabelece um maior número de contactos. Valle de Figueiredo e Luís Sá Cunha chegam, inclusive, a partir para a Guiné durante cerca de uma semana a 6 de junho de 1974, com o beneplácito do general Spínola, tendo como objetivo recolher informações da situação militar e política naquele território, estreitando relações com as referidas personalidades guineenses³⁵.

No que concerne a Cabo-Verde, o MFP-PP estabelece relações com a União Democrática de Cabo Verde (UDC), movimento pró-federalista surgido após o 25 de abril de 1974, dado, também, ao facto de que não houve qualquer conflito armado no arquipélago no decorrer da Guerra do Ultramar (Cervelló, 1993). A *Tribuna Popular* chega a entrevistar um dos seus dirigentes, Jorge da Fonseca, que expõe uma síntese programática do movimento- terminantemente contra a inclusão daquele território na Guiné e partidário do federalismo- e a sua estruturação no território cabo-verdiano, “rondando os 1500 militantes”³⁶. O momento de maior destaque na colaboração entre ambos os movimentos ocorre a 18 de agosto de 1974, com a organização de um comício da UDC- precedido de uma manifestação de trabalhadores cabo-verdianos partidários da solução federal- no Terreiro do Paço, originando uma contramanifestação de elementos do PAIGC, com o apoio de militantes esquerdistas portugueses, dando lugar a confrontos violentos. Para além da danificação de uma viatura do *Tribuna Popular*, foram também agredidos os seus repórteres e destruído material de propaganda por parte de militantes do PCP, sendo que, do lado da UDC, o dirigente Jorge da Fonseca chega a ser esfaqueado durante os confrontos físicos, ainda que, segundo o relato do *Tribuna Popular*, a manifestação se tenha reorganizado e desfilado até ao Rossio, repelindo os contramanifestantes³⁷. Este acontecimento é ilustrativo da importância que o ativismo do MFP-PP tinha granjeado no verão de 1974 quanto à questão ultramarina³⁸.

³⁴ J. Valle de Figueiredo, comunicação pessoal, maio de 2022.

³⁵ J. Valle de Figueiredo, comunicação pessoal, maio de 2022.

³⁶ *Tribuna Popular*, nº4, 28 de agosto de 1974, 5 e 6.

³⁷ *Tribuna Popular*, nº4, 28 de agosto de 1974, 4.

³⁸ *Diário de Lisboa*, 19 de agosto, 4.

Em Moçambique o MFP-PP avança com uma filial moçambicana, o Movimento Federalista de Moçambique, liderado por Vasco Cardiga que prontamente denuncia a ocupação dos meios de comunicação por parte dos Democratas de Moçambique, braço civil da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), no âmbito do que seria uma estratégia de silenciamento de quaisquer projetos alternativos ao mero independentismo, prejudicial à formação de uma opinião política mais madura³⁹. Mais tarde, Vasco Cardiga viria a estar envolvido no rol de ativistas políticos moçambicanos que desencadearam a sublevação de 7 de setembro de 1974 em Lourenço Marques denominada Movimento Moçambique Livre, em protesto para com os acordos de Lusaca que confirmavam a entrega unilateral do poder à FRELIMO, ocupando a emissora nacional, Rádio Clube, e o palácio do governo, exigindo uma consulta popular e a intervenção do presidente António de Spínola (Amorim, 1975: 105). A revolta culminaria com a retoma do poder pelas forças armadas portuguesas três dias depois, sem que Spínola fosse capaz de negar a assinatura dos acordos e apoiar os revoltosos.

Segundo José Valle de Figueiredo⁴⁰, Angola era o mais incipiente dos territórios africanos no que concerne ao estabelecimento de ligações políticas, sendo Nuno Cardoso da Silva, dirigente do partido, o ponta-de-lança do MFP no terreno, ao ter sido nomeado adjunto do governador-geral de Angola, Silvino Silvério Marques (Rodrigues, 2010: 362). Embora houvesse ligações com grupos políticos incipientes, como a Associação Cívica Pró-Angola e Frente Nacionalista Angolana (Cervelló, 1994), a particularidade nas movimentações políticas do MFP-PP neste território é a simpatia demonstrada por um dos movimentos guerrilheiros, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), assinalando a adesão desta organização ao cessar-fogo proposto pelas autoridades portuguesas e a defesa de uma consulta popular para o futuro político do território angolano, contrariamente aos outros dois movimentos guerrilheiros⁴¹. O MFP-PP destaca, inclusive, a “ponderação e a moderação notáveis” do líder da UNITA, Jonas Savimbi⁴². No território asiático ultramarino, a dinâmica foi muito semelhante à angolana, ainda mais embrionária. Em Timor, apesar de uma importante atividade e protagonismo político da União Democrática Timorense (UDT), primeira organização política a surgir

³⁹ Expresso, 6 de junho de 1974, 1.

⁴⁰ Comunicação pessoal, maio de 2022.

⁴¹ *Tribuna Popular*, nº5, 3 de setembro de 1974, 7; *Tribuna Popular*, nº8, 26 de setembro de 1974, 4.

⁴² *Tribuna Popular*, nº5, 3 de setembro de 1974, 7.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

naquele território (Cervelló,1993:310) e defensora das teses spinolistas, não havia nenhum laço com este partido timorense nativo, dando apenas conta Rafael Prata (1974: 119) de uma delegação do MFP-PP, Movimento Federalista de Timor. No concernente a Macau, há apenas, segundo José Miguel Júdice⁴³, alguns contactos com Jorge Rangel conduzidos por Valle de Figueiredo⁴⁴.

A estrutura diretiva do MFP-PP organizava-se da seguinte forma: o secretário-geral, Fernando Pacheco de Amorim, era ladeado por Luís Oliveira Dias, Diogo Miranda Barbosa e José Valle de Figueiredo, seus adjuntos. Eram estes os quatro homens fortes do partido, seguindo-se depois uma organização compartimentada em diferentes gabinetes. O gabinete de estudos e recolha de informação, liderado por António de Sampaio e Melo; a comissão de organização regional, a cargo de Joaquim Guilherme Ramos; a comissão de propaganda, chefiada por Luís Sá Cunha; a comissão de finanças e administração, a cargo de Vasco Montês e, também, de Diogo Miranda Barbosa; a comissão de informação, cujo responsável era José da Costa Deitado; comissão do jornal, naturalmente liderado pelo diretor da *Tribuna Popular*, Miguel Seabra; a comissão operacional, a cargo de José Luís Andrade, Pedro Vieira e Alberto Delfim, responsáveis pela juventude do partido; comissão de organização sectorial, a cargo de José Miguel Júdice; e uma comissão de ligação interterritorial, liderada pelo secretário adjunto, José Valle de Figueiredo, responsável pela atividade no ultramar, Açores e Madeira⁴⁵.

Relações político-partidárias do MFP-PP

A relação de maior rivalidade partidária foi mantida com o PCP. A hostilidade do MFP-PP face ao PCP surge com relativa naturalidade, dado o total antagonismo político entre os partidos, mormente na questão ultramarina, em que a esfera de influência do PCP influiu de sobremaneira. A conflitualidade é bem patente na denúncia política feita ao PCP desde o primeiro número da *Tribuna Popular*, com enfoque no “assalto às autarquias” que se consubstanciava na ocupação concertada por parte do MDP-CDE-grandemente instrumentalizado pelo PCP sob os slogans da “unidade antifascista” e “mobilização popular” (Cervelló, 1993:196)- das comissões administrativas dos órgãos

⁴³ Comunicação pessoal, outubro de 2021.

⁴⁴ Estas ligações decorrem da referida lógica frentista de atuação do grupo da Cidadela em prol da causa ultramarinista, no caso com o Ciclo de Estudos Ultramarinos de que Jorge Rangel era integrante.

⁴⁵ *Expresso*, 5 de outubro de 1974, 16.

autárquicos pelo país (Rodrigues, 2010: 287), mantendo a tónica ao longo das várias edições do jornal, denunciando casos específicos⁴⁶. A sátira política, através da rubrica “Pontaria”, é outro dos métodos utilizados pelo MFP-PP na crítica ao PCP⁴⁷. Esta tensão política tem também contornos violentos, com vários confrontos físicos, desde a já referida colagem de cartazes anticomunistas a sul do país, que levou à detenção de elementos juvenis do MFP-PP em Montemor-o-Novo e à sua escolta até fora do concelho⁴⁸, e também o inverso com a tentativa de militantes do PCP em destruir propaganda do MFP-PP que gerou confrontos na noite anterior ao comício em São Martinho do Porto, assinalando-se também escaramuças com a comissão administrativa de Ponte de Sor afeta ao PCP que procurou proibir o comício do MFP-PP naquele concelho⁴⁹.

Entendendo tudo isto como um processo de “marxização” do poder, o MFP-PP tem uma tomada de posição conjunta com os partidos daquela que será a futura Frente Democrática Unida (FDU) - PTDP e PL- a que se junta nesta ocasião o MPP, reivindicando, junto do presidente da república no dia 10 de julho, igualdade de acesso ao poder relativamente aos partidos do governo provisório, comparando-se, posteriormente, de forma mordaz ao Partido Socialista, inquirindo retoricamente o que permitiria afirmar que este fosse mais representativo que o Partido do Progresso⁵⁰. Esta referência ao Partido Socialista remete-nos para uma rivalidade passível de ser seguida nos oitos números da *Tribuna Popular* que este órgão mantém com o jornal *República*, officiosamente conotado com o Partido Socialista (Rezola, 2006). Para além do vetor ultramarino, segundo José Valle de Figueiredo⁵¹ é este anticomunismo que leva também à agregação frentista do MFP-PP que se consubstancia na coligação pré-eleitoral denominada Frente Democrática Unida (FDU).

A FDU surge da reunião entre os três diretórios políticos MFP-PP/PL/ PTDP a 26 e 27 de agosto de 1974 para análise da situação política e dos possíveis cenários para o

⁴⁶ *Tribuna Popular*, nº0. 24 de julho de 1974, 4; *Tribuna Popular*, nº3, 21 de agosto de 1973, 7; *Tribuna Popular*, nº5, 1 de setembro de 1974, 8; *Tribuna Popular*, nº6, 11 de setembro de 1974, 2

⁴⁷ *Tribuna Popular*, nº3, 21 de agosto de 1974, 8; *Tribuna Popular*, nº6, 11 de setembro, 8

⁴⁸ J. Luís Andrade, comunicação pessoal, maio de 2022.

⁴⁹ *Tribuna Popular*, nº5, 3 de setembro de 1974, 3; *Tribuna Popular*, nº7, 17 de setembro, 4.

⁵⁰ *Expresso*, 13 de julho de 1974, 3; *Tribuna Popular*, nº3, 21 de agosto, 1.

⁵¹ Comunicação pessoal, maio de 2022.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

processo eleitoral da assembleia constituinte⁵². Desta análise surge a conclusão negativa acerca do percurso de democratização tomado, dada a marginalização das forças políticas externas à coligação governamental que se consubstancia das seguintes formas: ausência de acesso aos meios de comunicação, particularmente aqueles controlados pelo governo (RTP, Emissora Nacional, *Diário de Notícias*) e a falta de representatividade nos órgãos político-administrativos provisórios em toda a sua dimensão, local a nacional, visto nenhum deles ter legitimidade democrática⁵³. A estes fatores acresce a avaliação negativa destes partidos ao desempenho governamental devido à sua “sujeição aos conflitos interpartidários”, com impacto direto na economia, pelo que as medidas de recuperação implementadas pelo II governo provisório se entendem como “insuficientes” para o revigoramento da economia, bem como para a institucionalização da democracia, sendo até “perniciosas” neste campo⁵⁴. Daqui emana a FDU, entendida como plataforma aberta a todos os partidos que defendessem a instauração de uma democracia de inspiração não marxista, criando condições de pluralismo partidário a que acrescia o efetivo cumprimento do programa e prazos do MFA⁵⁵.

Os contactos organizativos entre estes partidos, para além das tomadas de posição conjuntas, remontam ao mês de junho, com a constituição entre MFP-PP e PL da Fundação para a Difusão de Conhecimentos Políticos Sociais e Económicos (DICOPSE). Desta fundação surge o jornal e semanário *Bandarra*, com o objetivo de ser o porta-voz das direitas, dirigido por Filipe de Bragança e Manuel Maria Múrias, teve três números publicados, com o primeiro número a ser lançado a 14 de setembro (Cervelló, 1994: 7). No caso do PTDP a sua inclusão é consequência natural da sua parca estruturação, baseada quase exclusivamente na Amadora, face à dinâmica centrípeta liderada pelo MFP-PP⁵⁶. A FDU é vista com algum receio por parte da esquerda política, patenteado na reação da imprensa dominada pelo PCP, nomeadamente o *Diário de Lisboa* (Bebiano, 2016: 43) - que cataloga a FDU como sinal claro de organização da reação⁵⁷. Por seu turno, o *Expresso* dá, também, destaque jornalístico sublinhando a sua identidade não

⁵² Tribuna Popular, nº5, 3 de setembro, 1.

⁵³ Tribuna Popular, nº5, 3 de setembro, 1.

⁵⁴ Tribuna Popular, nº5, 3 de setembro, 1.

⁵⁵ Tribuna Popular, nº5, 3 de setembro, 2.

⁵⁶ J. Luís Andrade, comunicação pessoal, maio de 2022.

⁵⁷ Diário de Lisboa, 30 de agosto de 1974, 20.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

marxista e a rejeição do rótulo de extrema-direita⁵⁸. Ainda antes da oficialização da coligação, a 24 de agosto, os partidos da FDU organizam um comício em Cascais, edificado no antimarxismo e no combate à atmosfera revolucionária pelo reforço da ordem⁵⁹. Todavia, fora do projeto da FDU ficam várias organizações partidárias das direitas, como o MPP, que, como supracitado, ainda colabora numa fase inicial com o MFP-PP, o Partido da Democracia Cristã, que viria a ganhar destaque *a posteriori* com a liderança do major Sanches Osório (1975), e o Partido Popular Monárquico, cuja grande parte dos dirigentes participara com o grupo da Cidadela (Dias, 2022).

Não obstante o móbil anticomunista, as relações de rivalidade estendem-se até ao centro do espectro político. Principalmente com o CDS, partido com o qual o MFP-PP disputaria os mesmos meios de financiamento e até um técnico de comunicação política americano, Clifton White, que o partido acabaria por contratar no verão de 1974, devido aos contactos que alguns fundadores do partido mantinham com a ala mais direitista do Partido Republicano (Marchi,2020:38). De facto, a relação entre o MFP-PP e o CDS seria sempre atribulada desde o começo. O MFP-PP começa, desde logo, por condicionar a denominação do CDS- segundo Freitas do Amaral (1995: 196), o partido teria a designação de Centro Democracia e Progresso, contudo a 18 de julho de 1974 é primeiramente anunciada a conversão do MFP em MFP- Partido do Progresso, na véspera do anúncio fundacional do partido, que viria a ocorrer a 19 de julho de 1974. Pela parte do MFP-PP, o surgimento do CDS e a sua intromissão nos pretensos meios de financiamento do MFP terá sido também de capital importância na tomada de decisão da passagem de movimento a partido político, isto é, de MFP a MFP-PP- esta assunção política, viria, efetivamente, a surtir um efeito positivo na angariação de fundos. De resto, segundo José Luís Andrade⁶⁰, tomando o CDS a descolonização como facto consumado, Freitas do Amaral assume-se na esfera das direitas como adversário do MFP-PP, denunciando uma pretensa índole fascista do partido, com vista a pressionar no sentido da sua ilegalização, com a qual o CDS viria a beneficiar, captando militantes e dirigentes ao partido após a sua dissolução (Dias, 2022). Fernando Pacheco de Amorim (1975: 152) caracterizaria o CDS como fundamentalmente ambíguo no programa e nas atitudes.

⁵⁸ Expresso, 7 de setembro de 1974, 2.

⁵⁹ Expresso, 24 de agosto de 1974, 3.

⁶⁰ Comunicação pessoal, maio de 2022.

Definindo-se o âmago do MFP-PP pela ideia de uma continuidade política ultramarina para Portugal, o partido sofre, também, um grande revés político com o discurso de 27 de julho do presidente António de Spínola, determinando um refluxo assinalável na militância do MFP-PP⁶¹. A desmotivação militante é confirmada por Pacheco Amorim que retrata dramaticamente como “uma onda de amargura que cobre o país”, descrevendo a incredulidade de muitos dos ultramarinistas por tamanho golpe nas intenções políticas deste sector da sociedade portuguesa ter sido vocalizado pelo pretenso porta-estandarte da reserva moral do africanismo português, o presidente da república (Amorim, 1975: 113). A partir de então, uma parte substancial desta militância remete-se à esfera privada- é disso exemplo Fernando Sollari Alegre, dirigente do partido e antigo líder do núcleo portuense da Cidadela-, algo que Pacheco de Amorim considera ter tido sobejo impacto no malogro da manifestação da maioria silenciosa (Amorim, 1975: 113).

A “maioria silenciosa” e o desmantelamento do MFP-PP

Relativamente a este acontecimento político derradeiro e funesto para o Partido do Progresso existiu diálogo com a presidência república e os elementos spinolistas da junta de salvação nacional, sobretudo com o coronel Galvão de Melo- maior entusiasta desta demonstração de força- relativamente às pressupostas movimentações da manifestação da “maioria silenciosa” (Rodrigues, 2010). Estes contactos eram tidos através do embaixador Nunes Barata, assessor diplomático do presidente da república, bem como comunicações com o major Monge e o capitão António Ramos, ajudante-de-campo do general Spínola⁶². Já no domínio partidário, deve destacar-se uma alegada reunião organizada pelo Partido Liberal- apoiante incondicional da manifestação, tendo sido o centro político e grande coordenador civil da mesma-, no Edifício Franjinhas em Lisboa, onde terão estado representados para além deste partido: PPD, CDS, MFP-PP, PTDP, MPP e o Partido Social Democrata Independente (PSDI) (Rodrigues, 2010: 495)⁶³. Ainda assim, Freitas do Amaral (1995: 242) nega o envolvimento do CDS em qualquer movimentação preparatória da manifestação, referindo apenas um contacto officioso de

⁶¹ Expresso, 7 de setembro de 1974, 2.

⁶² Expresso, 7 de setembro de 1974, 2.

⁶³ A reunião é também confirmada por José Valle de Figueiredo (comunicação pessoal, maio de 2022) e atestada por Riccardo Marchi (2020: 78).

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

dois elementos do Partido do Progresso numa fase já bastante adiantada do processo preparatório.

É nas movimentações prévias à planeada demonstração pública de 28 de setembro que é possível confirmar, pelo menos, uma conduta cooperante do MFP-PP no que concerne à organização desta manifestação, mormente naquele que terá sido o seu ensaio geral: a corrida de touros da Liga de Antigos Combatentes realizada a 26 de setembro. O Banco Espírito Santo terá financiado a compra de bilhetes para a referida corrida de touros, tendo sido distribuídos não só pelo PL, mas também por militantes do MFP-PP⁶⁴. Parte dos militantes do MFP-PP presentes na tourada tomariam também parte nos confrontos com militantes de extrema-esquerda, sobretudo da UDP, que tiveram lugar nas imediações do Campo Pequeno após o final do evento⁶⁵. Desde a fase organizativa embrionária a comissão organizadora tem disponíveis fundos do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa por ordem direta dos seus donos, não só em nome da comissão organizadora e de elementos do PL, mas também em contas de dirigentes do MFP-PP (Marchi, 2020: 135). De resto, os documentos do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa alegadamente comprovam uma generosa concessão de crédito ao Partido do Progresso que de 6 a 30 de setembro terá recebido dois créditos de 750 contos cada um, numa conta em nome do dirigente José da Costa Deitado, com morada na sede do partido, que supostamente serve de financiamento para a impressão do cartaz da “maioria silenciosa” (Marchi, 2020).

Assim, ainda que de forma velada- não há qualquer dirigente do partido na comissão organizadora- é possível confirmar pelo menos um comportamento colaboracionista para com a organização da manifestação. Não obstante, o comportamento do MFP-PP no 28 de setembro não deixa de ser complexo, na medida em que politicamente há uma discordância unânime no partido relativamente à realização da manifestação, esgotando todas as vias comunicacionais para persuadir todos os atores políticos envolvidos a pelo menos suspender a realização da manifestação⁶⁶. O MFP-PP tem uma leitura estratégica muito assertiva relativamente à falta de oportunidade da manifestação, e às consequências políticas funestas que dela poderiam advir, preferindo resguardar o partido com vista à

⁶⁴ (J. Luís Andrade, comunicação pessoal, maio de 2022)

⁶⁵ (Diário de Lisboa, 27 de setembro de 1974, 1; J. Luís Andrade, comunicação pessoal, maio de 2022)

⁶⁶ J. Miguel Júdice, comunicação pessoal, dezembro de 2019.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

participação no processo eleitoral para a assembleia constituinte. Desta feita, recusa “qualquer tipo de actuação que possa revelar oportunismo aventureiro, imediatismo ou total irrealismo”, reprovando “quaisquer atitudes que ameacem o processo de normalização da vida política portuguesa”, rematando de forma lacónica: “Com o sentimento fazem-se revoltas. Com o pensamento fazem-se revoluções”⁶⁷. Só na madrugada de 27 para 28 o MFP-PP torna público o seu apoio com um comunicado que, segundo António Maria Pereira (1976: 113), foi fruto de diligências de Spínola que exortou os dirigentes a tomarem posição. A sede partidária do Porto é saqueada logo na noite de 27 de setembro e os móveis e documentos incendiados na Praça da Liberdade, o que, porventura, terá despoletado a conclusão política aos dirigentes de que apenas lhes restaria avançar⁶⁸. Logo nessa noite são levadas a cabo as primeiras prisões com o beneplácito de Costa Gomes ao encargo da COPCON (Cervelló, 1993: 208). Pese embora este posicionamento do MFP-PP, o PCP escolhe o Partido do Progresso como principal alvo da sua “inventona”, atribuindo-lhe um papel central na busca por armamento para o suposto golpe de estado das direitas (Marchi, 2020: 135).

Desta forma, fracassando a manifestação da “maioria silenciosa” prevista para 28 de setembro, não há nenhum processo de ilegalização do MFP-Partido do Progresso, mas antes de desmantelamento do partido⁶⁹. Isto é, não houve nenhum procedimento legal, mas sim a utilização do dispositivo militar do estado para o aprisionamento político de todos os principais dirigentes do partido- com o conseqüente exílio dos que se puseram em fuga do país- e a invasão e posterior assalto dos espaços ocupados pelo MFP-PP, bem como a destruição da grande maioria da sua documentação (Ramos, 2016: 63). Assim, tendo sido efetivadas as detenções na madrugada de 27 para 28 de setembro e ao longo dos dias seguintes, pode, oficiosamente, assinalar-se a extinção do MFP-PP com a ocupação da sua sede nacional, no dia 2 de outubro de 1974 por um piquete da COPCON, com sindicalistas de esquerda simultaneamente a invadirem as instalações da

⁶⁷ *Tribuna Popular*, nº8, 26 de setembro de 1974, 1.

⁶⁸ *Diário de Lisboa*, 30 de setembro de 1974, 2.

⁶⁹ Marcelo Rebelo de Sousa (1983: 237) destaca pertinentemente o facto de que até 7 de novembro de 1974 não havia qualquer regulamentação geral em vigor que enquadrasse a constituição e as formas de atuação dos partidos políticos. A exclusão da esfera do poder revolucionário, a jusante da já referida ausência regulamentar do seu funcionamento enquanto organizações político-partidárias, deixa estes partidos (MFP-PP, PDC) completamente vulneráveis perante o poder político entronizado pela revolução, sem mecanismos jurídicos para rebater qualquer decisão política tomada acerca da sua existência.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

distribuidora da *Tribuna Popular* e do jornal *Bandarra*, queimando todas as cópias⁷⁰. A perseguição e ilegalização são também prova da relevância política do MFP-PP e um determinado estatuto de dominância nesta área política, na medida em que outros partidos não foram alvo de represálias de tal ordem: o PTDP não foi alvo de qualquer repressão, sendo que as direções políticas do PDC e MPP escapam praticam incólumes à onda de prisões pós-28 de setembro (Marchi, 2020). No caso do PL, dado ter sido o grande protagonista político-partidário da manifestação, não poderia ter como resistir ou evitar as consequências político-militares.

Conclusão

O Movimento Federalista Português - Partido do Progresso deixou, sem dúvida, uma marca indelével na política portuguesa. Um partido com uma organização bem estruturada e presença ativa no exterior foram fatores que tornaram o partido numa força a ser reconhecida, embora tenha enfrentado reveses na realização dos seus objetivos principais, as contribuições e o legado do MFP-PP no cenário político permanecem significativos. Este fator organizacional é, de resto, decisivo para o papel relevante que desempenhou na sua área política, mas tem também uma motivação fundamental para isso, na medida em que o MFP-PP transporta para o novo regime uma estrutura e dinâmicas políticas construídas durante os anos finais do estado novo. Para além da estruturação política que conferiu ao partido uma implementação assinalável no centro e norte do país e conseqüente tipificação de um eleitorado, o partido alcança uma dimensão peculiar em todo o espectro político com a sua dimensão organizacional no ultramar.

No concernente às relações com o poder político, fica provada, sobretudo, uma ligação umbilical entre o partido e o general Spínola, cujos destinos políticos ficam fatalmente ligados. O MFP-PP estava, de facto, relativamente bem posicionado ao nível de relações e pontos de contacto com o poder político-militar da presidência do general Spínola, sendo disso exemplo a referida ligação pessoal que José Valle de Figueiredo mantinha com o general, bem como os contactos com o assessor diplomático da presidência, embaixador Nunes Barata, e o seu ajudante-de-campo, capitão Armando

⁷⁰ *Diário de Lisboa*, 3 de outubro de 1974, 17.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

Ramos. Este factor reveste de singular importância o MFP-PP relativamente a todos os outros movimentos políticos surgidos à direita após o 25 de abril.

Por outro lado, o facto do presidente da república encarar, desde a primeira hora, o MFP-PP como um mero aliado secundário, a quem recorre apenas em último recurso, sendo a malograda manifestação do 28 de setembro disso ilustrativa, impossibilita a formação de um bloco político capaz de disputar o poder efetivo do estado com as esquerdas, unidas nesta altura do período revolucionário em torno da comissão coordenadora (Rezola, 2006). Além disso, teria sido importante diminuir a dependência que se fazia sentir no MFP-PP, e genericamente da área política que lhe corresponde, face ao presidente da república e às vicissitudes da ala político-militar que o apoiava. É, pois, factual que o partido nunca almejou autonomizar-se das suas escolhas políticas, procurando, pelo contrário, o seu beneplácito sempre que possível, mesmo quando as suas opções se revelavam perniciosas para os interesses do partido, sendo paradigmática a ocasião de 27 de julho de 1974, em que o partido escolhe deliberadamente não criticar a presidência da república, escudando-se numa crítica velada à junta de salvação nacional⁷¹.

Conseguiu-se, também, explanar as relações de rivalidade com outros movimentos. O relacionamento com os partidos à esquerda, mormente a rivalidade construída com o PCP - evidenciada ao longo do verão de 1974 com as escaramuças ocorridas de norte a sul do país, recíproca ao ponto de este ter constituído o MFP-PP como principal alvo da sua “tática de salamização” do sistema político através da intentona do 28 de setembro (Amaral, 1995) -, é, de resto, mais uma prova da relevância política do partido no período em questão. Destaca-se também a relação de tensão com o CDS, ainda que de forma menos conspícua, por esta rivalidade se centrar numa disputa autofágica de meios de financiamento e bases militantes.

Não obstante, o MFP-PP, dentro da sua lógica frentista, e tendo conta o papel liderante que desempenhava na sua área política, tem um ónus acrescido no facto de apenas ter conseguido reunir dois partidos na “grande coligação das direitas”, a FDU, demonstrando uma certa incapacidade para recuperar o dinamismo centrípeto após o 27 de julho de 1974, deixando de fora partidos que anteriormente tinham colaborado com o MFP-PP, como é o caso do MPP. É, ainda, indiscutível o facto de que o projeto político

⁷¹ *Tribuna Popular*, nº1, 7 de agosto de 1974, 1.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

do MFP-PP falha em toda linha. Sobretudo tendo em conta o grande móbil do partido que conferia ao MFP-PP um protagonismo central no seu espaço político, o ultramar. Não só não conseguem vencer a batalha política do federalismo face ao modelo de entrega imediata aos movimentos guerrilheiros marxistas-leninistas propugnado pelas esquerdas, como tampouco faz valer qualquer tipo de consulta referendária para decidir o futuro daquelas populações.

Fontes Periódicas:

Diário de Lisboa

Expresso

Tribuna Popular

Fontes Impressas:

AMARAL, Diogo Freitas do (1995), *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand Editora.

AMORIM, Fernando Pacheco de (1975), *Portugal Traído*, Madrid, Edição do Autor.

AMORIM, Fernando Pacheco de (1976), *Manifesto Contra a Traição*, Braga, Edição do Autor.

OSÓRIO, José Eduardo Sanches (1975), *O Equívoco do 25 de Abril*, Lisboa, Editorial Intervenção.

PEREIRA, António Maria (1976), *A Burla do 28 de Setembro*, Amadora, Livraria Bertrand.

PRATA, Rafael; FERREIRA, Carlos Santos; LOPES, Vítor Melícias (1974), *Portugal Novo: Movimentos e Partidos Políticos*, Lisboa, O Emigrante.

RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário (1976), *Portugal Depois de Abril*, Lisboa, António dos Reis.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

Fontes Orais:

Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, fundador da Cidadela, Militante do MFP-PP, dirigente político do MDLP e sobrinho de Fernando Pacheco de Amorim, Lisboa, maio de 2022.

Entrevista a José Luís Andrade, dirigente MFP-PP, Lisboa, maio de 2022.

Entrevista a José Miguel Júdice, fundador do MFP-PP, Lisboa, dezembro de 2019 e outubro de 2021.

Entrevista a José Valle de Figueiredo, fundador do MFP-PP, Porto, maio de 2022.

Entrevista a Manuel Rebanda, dirigente do MFP-PP, Coimbra, abril de 2022.

Bibliografia

BEBIANO, Rui (2016), “Imprensa Comunista”, em *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*, coord. António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, Volume V, Lisboa, Figueirinhas, 43.

CERVELLÓ, Joseph (1993), *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola: 1961- 1976*, Lisboa, Assírio & Alvim.

CERVELLÓ, Joseph (1994), *Cronologia das Organizações de Direita (1973-1976)*, Tarragona, Universidad Rovira y Virgili.

CRUZ, Manuel Braga; RAMOS, Rui (2012), *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, Porto, Porto Editora.

DIAS, Nuno Rafael Oliveira, (2022), *Origens, Ideias e Percurso do Movimento Federalista Português- Partido do Progresso*, Dissertação de Mestrado em «História Contemporânea», Coimbra, FLUC.

MARCHI, Riccardo, coord. (2014), *Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, Lisboa, Texto Editora.

MARCHI, Riccardo (2016), *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores.

MARCHI, Riccardo (2020), *À Direita da Revolução: Resistência e Contra-Revolução no PREC (1974- 1975)*, Lisboa, Objectiva.

RAMOS, Rui (2016), “Presos Políticos”, em *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*, coord. António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, Volume VII, Lisboa, Figueirinhas, 63-72.

Rafael Dias – *O Percurso do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 308-331 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a15

REIS, António Santos; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges, coord. (2016), *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*, Lisboa, Figueirinhas.

REZOLA, Maria Inácia (2006), *Os Militares na Revolução de Abril, O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação.

REZOLA, Maria Inácia (2007), *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

RODRIGUES, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

SOUSA, Marcelo Rebelo de (1983), *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz.